

ILMO. SR. PREGOEIRO DA AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/15

EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S/A, pessoa jurídica de direito privado, com nome fantasia **ECOFROTAS**, sita à Rua Machado de Assis, nº 50-Prédio 2, Santa Lucia, em Campo Bom – RS, telefone (51) 3920-2200, ramal 8280, e-mail: licitacoes@embratec.com.br, vem, respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Senhoria, dentro do prazo legal, **IMPUGNAR** o edital da licitação supracitada, expondo para tanto os fatos e fundamentos a seguir deduzidos:

DOS FATOS E FUNDAMENTOS

Está marcada para o dia 07 de dezembro de 2015, a realização do certame acima mencionado que tem por objeto Contratação de empresa especializada no ramo de implementação, gerenciamento, administração, fiscalização, supervisão, emissão e fornecimento de cartões magnéticos com chip e senha, destinados aos empregados e servidores desta Agência, para aquisição de gêneros alimentícios e refeição em estabelecimentos comerciais do ramo pertinente (hipermercado, supermercado, armazém, restaurantes, e similares) na região do Estado de Goiás .

Ocorre que o instrumento convocatório desta licitação está exigindo especificações que limitam a participação de um maior número de empresas, prejudicando assim o propósito maior da Licitação que é a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, conforme discorreremos a seguir.

QUANTO AO CARTÃO COM CHIP:

Gostaríamos de enfatizar que há diversas empresas atuantes no mercado de fornecimento de cartões alimentação/refeição, porém a maioria destas empresas se utiliza de tecnologia de cartão magnético com tarja, enquanto apenas uma pequena parcela utiliza a tecnologia de cartões com chip de segurança. Diante disto, gostaríamos de demonstrar no decorrer deste, estudos feitos por nossa empresa que demonstram que, ao contrário do que se pensa, a tecnologia de cartões com chip de segurança também é passível de fraudes, assim como; a tecnologia de cartões magnéticos com tarja criptografada pode ser equivalente ou até mais segura que a utilizada nos cartões com chip.

Diante do exposto, desde já manifestamos pela não concordância com esta exigência no instrumento convocatório, pois a mesma apenas tem o condão de restringir a participação de um maior número de empresas aptas a fornecer o serviço objeto desta licitação com a mesma equivalência, qualidade, tecnologia e segurança frente às transações promovidas pelos cartões fornecidos. Portanto, entendemos

que tal exigência deve ser afastada em nome dos princípios basilares da isonomia e da ampla competitividade do certame.

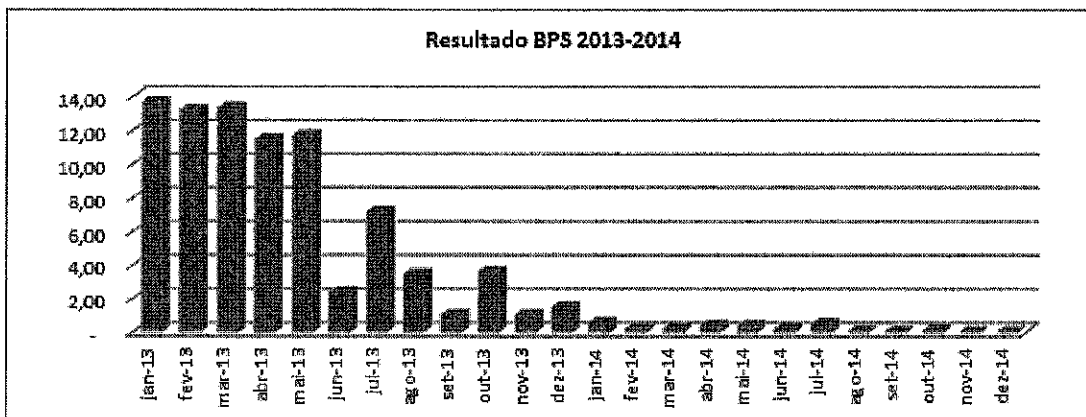
A título de ilustração, segue, abaixo, para conhecimento e análise de V. Sas, a tecnologia utilizada e as funcionalidades do produto de cartões de benefícios que a nossa empresa oferece:

- **Nossos cartões possuem um componente criptografado na tarja magnética que equivale à criptografia utilizada no chip. Este componente somente é conhecido para realizar a transação através de uma chave que fica protegida dentro de nossa empresa em um equipamento especial de criptografia (HSM). Somente após a verificação deste componente criptografado o autorizador valida a transação.**
- **Desta forma, torna-se inviável a massificação da fraude em nossos cartões, fato comprovado após muitos meses de implementação. (ver quadro de estudo abaixo).**
- **A criptografia dos nossos cartões foi desenvolvida, a partir de um sistema de ponta adquirido no mercado e uma inteligência interna de TI exclusiva da Embratec, possuindo assim, os mesmos padrões de segurança existentes nos cartões com CHIP;**
- **Nossos índices de fraudes são considerados os menores do mercado. (ver quadro de estudo abaixo).**
- **Cartão magnético com captura de informações em tempo real;**
- **Equipamentos eletrônicos de POS de leitura de tarja magnética e validação da transação em banco de dados em tempo real on line;**
- **Sistema pró-ativo e de fácil integração;**
- **A ferramenta opera on line, em tempo real, pela internet: inserção de créditos ou cancelamentos instantâneos;**
- **Possui ampla rede de estabelecimentos credenciados e com possibilidade de expansão;**
- **Além de possibilitar a emissão dos relatórios necessários ao atendimento das necessidades dos clientes.**

O componente criptografado na tarja magnética que equivale à criptografia utilizada no chip, é um dos responsáveis por diminuir a inviabilidade de fraude massiva, que vinha acontecendo em anos anteriores a sua implementação, e conforme demonstrado em estudos realizados por nossa empresa, e pelos próprios valores de perda por fraude constatada nestes estudos.

Abaixo demonstraremos alguns indicadores comparando 2013 e 2014 antes e depois desta implementação do componente criptografado.

Ao final de 2013 começou a ser colocado no mercado o produto com o componente de criptografia, conforme abaixo:



2013

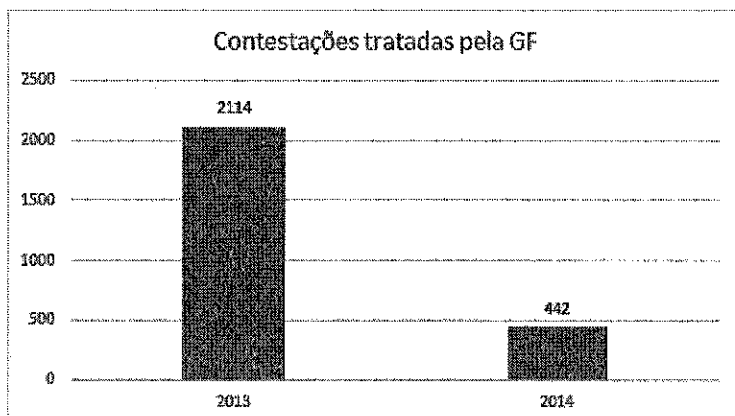
2014

	Basis Points (BPS)	Basis Points (BPS) Resultado
jan-13	13,66	13,66
fev-13	13,17	13,16
mar-13	13,32	13,31
abr-13	11,44	11,43
mai-13	14,33	11,68
jun-13	4,65	2,35
jul-13	8,79	7,15
ago-13	4,77	3,46
set-13	6,04	1,02
out-13	16,52	3,61
nov-13	13,06	1,02
dez-13	1,95	1,52
Total	10,08	6,73

	Basis Points (BPS)	Basis Points (BPS) Resultado
jan-14	0,72	
fev-14	0,35	
mar-14	0,39	
abr-14	0,56	
mai-14	0,54	
jun-14	0,47	
jul-14	0,80	
ago-14	0,25	
set-14	0,24	
out-14	0,33	
nov-14	0,06	
dez-14	0,02	
Total	0,39	

*O indicador utilizado é o basis point (BPS), métrica de referência no mercado, que considera o valor de perda sobre o total autorizado em uma razão de 10.000. O BPS representa o valor fraudado, enquanto o BPS resultado apresenta o valor fraudado subtraindo-se o valor recuperado via chargeback.

Outro indicador muito claro é o número de contestações recebidas pela Gestão de Fraudes, indicando o volume de fraude conhecida pelos usuários de cartão:



Diante disto, fica muito claro o efeito da implementação do componente de criptografia no produto, aliado à maior maturidade dos processos de fraude que impedem que a perda seja faturada ao cliente.

Portanto demonstramos acima, que após a implementação deste componente criptografado na tarja magnética de nossos cartões, realmente houve um ganho muito significativo em relação à utilização e segurança dos nossos cartões com tarja magnética, dentro do cenário mercadológico em que atuamos.

A utilização de ambas as tecnologias certamente suprirá as necessidades e expectativas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro, pois cada uma apresenta funcionalidades próprias de segurança e adaptação ao sistema da Contratante. Aliás, vale lembrar que, ao contrário do que se pensa, o cartão com memória (chip) não é mais seguro que as demais tecnologias disponíveis no mercado, inclusive sendo passível de fraudes e clonagens, assim como os demais, assunto este que tem sido debatido por grande parte da imprensa recentemente, inclusive no programa Fantástico da Rede Globo exibido em novembro do ano passado: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/11/bandidos-quebram-barreira-de-seguranca-de-cartoes-com-chip.html>, bem como; em todo o ordenamento jurídico.

Diante deste cenário, demonstra-se mais relevante, a capacidade que as empresas têm de monitorar as fraudes e reagir a cada situação. Padrão de consumo do usuário de cartão, comportamentos suspeitos e mesmo questões geográficas considerando o tempo e distância do local de compra entre transações são alguns dos aspectos que devem ser observados.

Igualmente importante é acompanhar todo o ciclo de vida do cartão, desde sua confecção e embossing, passando pelo seu transporte aos usuários e mesmo a sua desativação. Em todas as etapas pode ser originada a fraude interna.

Hoje o valor de perda por fraude por parte de nossa empresa, é provavelmente o menor do mercado, inclusive na comparação entre produtos com e sem chip da concorrência, demonstrando que os cartões

de tarja com o componente de criptografia implementado, oferecem um nível de segurança adequado ao objeto perseguido neste certame.

Diante de todo o exposto, acreditamos que a exigência acima mencionada, se mantida no instrumento convocatório, irá impossibilitar a participação de inúmeras empresas sérias do ramo pertinente ao objeto desta licitação, podendo ocasionar sérios prejuízos a livre concorrência e também ao erário público, diante da diminuição do número de empresas interessadas e aptas a participar deste certame.

DO DIREITO

DA INOBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE

Empreender um certame licitatório para identificar a proposta mais vantajosa ao interesse público significa que os interessados irão competir para finalmente obterem a contratação.

Nesse sentido, podemos até dizer que a licitação tem caráter contencioso, uma vez que cada licitante busca contratar com a Administração Pública, e para isso tenta, na medida do possível, afastar seus concorrentes, recorrendo das decisões da comissão de licitação e da autoridade superior competente.

O princípio da competitividade é princípio atinente somente à licitação, e está diretamente ligado ao princípio da isonomia. Ora, manter as condições para que haja uma competição isenta de dirigismos, preferências escusas ou interesses dissociados da coisa pública é, em primeira instância, cuidar para que essas condições de participação do certame sejam equânimes para todos os interessados. Simplistamente, podemos afirmar que não há competição sem isonomia e não há isonomia sem competição.

No entanto, o objeto do edital conta que a CONTRATADA deverá fornecer Vale Refeição e Alimentação, na modalidade eletrônica, ou seja, através de cartão magnético com chip.

Com razão já decidiu em situação análoga o Tribunal de Contas da União:

(...) promova a revogação do certame licitatório e a abertura de novo procedimento quando houver modificação substancial do objeto, no intuito de possibilitar a participação de outras empresas que não poderiam executar o objeto originalmente previsto, mas que teriam condições de atender aos novos requisitos estabelecidos, de maneira a resguardar o caráter competitivo da licitação, insculpido no art. 3º., § 1º., inciso I da Lei n. 8.666/93. (TCU – processo nº TC-004.147/2004-3. Acórdão nº 1.261/2004)

Não obstante existam decisões singulares que prestigiaram a opção do Poder Público contratante por essa tecnologia, que estaria na esfera de discricionariedade do Administrador, a posição mais recente do Plenário em relação ao assunto foi adotada em 06/11/14, quando do julgamento dos Processos

2222.989.13-9, 226.989.13-5 e 2235.989.13-4, ocasião em que se considerou restritiva a tipulação, consoante se apura no trecho do voto condutor da decisão, da lavra do Eminentíssimo Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, que consigna o seguinte raciocínio:

“Por outro lado, o usuário do cartão com chip também não tem sido penalizado com desmedido sacrifício financeiro, já que os custos de sua implantação e manutenção foram suportados ao longo do tempo pelas próprias companhias, que, agora sim, fruem o proveito da utilização da nova tecnologia.

Para reforçar esse argumento, peço vênias para colacionar excerto de trabalho acadêmico em que o autor, MIGUEL JUNIOR MAZZA⁵, assim dispôs:

“Pesquisa realizada com algumas empresas fabricantes de smart card e equipamentos para automação bancária mostram que o custo de manutenção das ATMs que leem os cartões com chip é 12% mais barato que os que leem os cartões com tarja magnética. Mas, no início da operação, considerando que as ATMs estarão equipadas para os dois sistemas, essa economia em manutenção será desprezada.”

Nesse sentido, nada impede que a Administração, em homenagem ao princípio constitucional da livre concorrência, admita a possibilidade de que o interesse público almejado na contratação seja satisfeito tanto por meio de cartão com chip de segurança como através de cartão com tarja magnética.

Essa hipótese tem sido constatada em licitações deflagradas por órgãos de outras esferas de Governo, das quais destaco, a exemplo, o edital da Concorrência CRP/05 n.º 0007/2013, divulgado pelo Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região – Rio de Janeiro⁶.

Este Plenário, nos autos do TC-2514/989/137, decidiu exame prévio de edital cujo objeto contemplava as duas tecnologias, embora essa questão não tivesse sido lá enfocada.

Portanto, considerando a possibilidade de ampliação da competitividade e sem afronta a qualquer dos demais princípios licitatórios retro mencionados, deve a Administração possibilitar o fornecimento do vale alimentação em ambas as tecnologias disponíveis no mercado, seja a de cartão com tarja magnética ou a de cartão com chip de segurança”.

Trazemos a baila o que os doutrinadores discorrem sobre o assunto:

Para Fábio Mediana Osório:

“Moralidade e legalidade não se excluem. Antes, pelo contrário, por via de regra se complementam, andam juntas. Daí que a improbidade é perceptível, muito comumente, em ilegalidades cometidas por agentes públicos, ilegalidades graves que atentam,

também, contra o conjunto de princípios constitucionais que regem a administração pública. O desrespeito às leis, diga-se em passant, parece ser um problema cultural grave da sociedade brasileira, e especialmente de sua elites, mais precisamente ainda das elites políticas." (Fábio Mediana Osório, Improbidade Administrativa, Ed. Síntese, 2ª edição, p. 126).

Segundo o ensinamento do grande Administrativista Hely Lopes Meirelles:

"A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do em comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso". (in Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros Editores, 19ª ed., p. 82) (grifo nosso).

Gostaríamos de ressaltar também que, atendemos com tecnologia avançada, segurança e qualidade, os diversos órgãos públicos das mais variadas esferas, que dentre estes estão; o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), Companhia de Processamento de Dados da Bahia (Prodeb), Tribunal de Justiça do Estado do Sergipe, Algás/AL (Companhia de Gás do Estado de Alagoas), Gabinete do Governador do Estado do Ceará, dentre muitos outros que poderíamos citar.

DO PEDIDO

Pelo exposto e do mais que nos autos consta, espera e requer a Vossa Senhoria a PROCEDÊNCIA da presente impugnação para que seja modificado o Edital, execrando de seu objeto a exigência de utilização de cartão eletrônico com chip, ou, caso assim não entenda, que permita a participação de empresas que prestem o serviço com cartão com chip OU tarja magnética restabelecendo a competitividade do certame, hoje prejudicada.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Campo Bom/RS, 01 de Dezembro de 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS HAAG S/A

Guilherme Machado de Oliveira

Área de Licitações - Mercado Público

E-mail: licitacoes@embratec.com.br

AGLHAB
CPL
Nº 214
M

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS COMÉRCIO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE DEFESA
CONTRABANDO DE HABITACION

VILLAROSA MACHADO DE OLIVEIRA

CPF: 000000000000000000
1071001314 812/00 BR

DATA DE NASCIMENTO: 02/06/1981

565.812.150-44

SEXO: M

DIÁRIO OCTAVIO W DE OLIVEIRA
VILA MACHADO DE OLIVEIRA

PROFISSÃO: AGRICULTOR COMERCiante EMPLEADO FISCAL INDIENADO JORNALISTA LITOGRAFO MEDICO MILITAR OUTRO

ESTADO CIVIL: CASADO SOLTEIRO VIUVO DIVORCIADO

DATA DE EMISSÃO: 18/01/2001

DATA DE VALIDADE: 18/01/2001

ASSINATURA: *[Signature]*

DATA DE ASSINATURA: 08/08/2012

ASSINATURA: *[Signature]*

DATA DE ASSINATURA: 08/08/2012

41548061848
85131493408

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL



6º TABELIONATO DE NOTAS

Folha uni

Ficha: P53513 - Nº 145/180.496 - ESCRITURA PÚBLICA DE PROCURAÇÃO que faz, EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A, como abaixo se declara. SAIBAM os que virem esta pública escritura de procuração, que no ano de dois mil e quinze (2015), aos dez (10) dias do mês de novembro, nesta cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul. Eu, Bárbara Waszak Carvalho, Tabela Substituta, deste Sexto Tabelionato, sito na avenida Benjamin Constant, 1921 por intermédio do escrevente autorizado, Cléber Mahl Teixeira, compareci na Rua 18 de Novembro, nº 273, 7º andar, a pedido dos representantes da outorgante EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIO HAAG S.A, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.506.307/0001-57, estabelecida na Rua Machado de Assis nº 50, prédio 2, bairro Santa Lucia, na cidade de Campo Bom/RS, neste ato representada por seu diretor presidente MARCOS SCHOENBERGER, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 3433270, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 404.070.049-04, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, por aqui de passagem; e por seu diretor vice-presidente EDUARDO FLECK DIEFENTHAELER, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 1070033509, expedida pela SJS/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 000.570.130-98, residente e domiciliado nesta Capital. Conforme Contrato Social arquivado nestas notas, no Registro de Procurações sob nº 21337, Livro nº 151, folhas nºs 018/038, em data de 07/05/2014, e, Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, na data de 19/03/2015. Os presentes juridicamente capazes, identificados, conforme documentos apresentados, como os próprios, bem como pelo Tabelião que de tudo dá fé. Disseram os representante da outorgante que nomeavam e constituíam seus bastante procuradores, ANELISE WICKY DIAS, brasileira, solteira, analista de licitações, portadora da carteira de identidade nº

AGENAS
CPL
Nº 349
W

Magda Eliane Campos
Escrevente Autorizada

REGHAB
CPL
Nº 346
M

4083391039, expedida pela SSP/RS, inscrita no CPF/MF sob o n.º 003.380.670-51, residente e domiciliada na Rua Guido Mondin, 838, apartamento 401, bairro São Geraldo, nesta Capital; **EVANDRO KECHINSKI KAFSKI**, brasileiro, casado, executivo de negócios mercado público, portador da carteira nacional de habilitação número 00387543329, expedida pelo DETRAM/RS, inscrito no CPF/MF sob o número 971.845.860-34, residente e domiciliado na Rua Marcona, 500, apartamento 104 Bairro Intercep, nesta Capital; **GUILHERME MACHADO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, analista de licitações, portador da carteira de identidade n. 7071D01346, inscrito no CPF/MF sob n. 868.612.400-44, residente e domiciliado na Rua Marcilio Dias, 896, apartamento 9, bairro Menino Deus, nesta Capital; **LUCIANA MARIA RODRIGUES**, brasileira, solteira, analista de licitações, portadora da carteira de identidade n. 4059912329, expedida pela SJS/RS, inscrita no CPF/MF sob n. 004.982.720-01, residente e domiciliada na Avenida Mauá n. 751, apartamento n. 705, bairro Santos Dumont, na cidade de São Leopoldo/RS; **MARCIA DIONNE SANTIAGO GUIMARÃES**, brasileira, casada, executiva de negócios, portadora da carteira de identidade n. 0270487, expedida pela SSP/AC, inscrita no CPF/MF, sob n. 508.069.122-00, residente e domiciliada na Rua Ademar Paula n. 03, bairro Esplanada do Castelão, na cidade de Fortaleza/CE; **MARIA CECÍLIA LOCK ARANHA**, brasileira, solteira, maior, analista de licitações, portadora da carteira de identidade n.º 7064103687, inscrita no CPF/MF sob o n.º 977.051.100-59, residente e domiciliada na Rua Carice Trein Filho, n.º 155 apartamento 202, bairro Auxiliadora, nesta capital; **NEIRI MARIO SCHENKEL**, brasileiro, casado, coordenador de relacionamento, portador da carteira de identidade n. 4064288758, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob n. 936.112.770-53, residente e domiciliado na Rua Santa Cruz, 560, casa 117, Bairro Santa Cruz, na cidade de Gravataí/RS; **VANESSA GONÇALVES FIGUEIRA**, brasileira,

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E FINANÇAS
SECRETARIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

164500
Atentico: "Presença" copia, verso e averso, que conste
com o documento original. Rua 24,
Foz de Iguaçu, 18 de Novembro de 2015.
Eduar M.T. - TEL: 5489.01.150010.23418/23419 (M.O., 801)

164500
M.O. 801
164500



solteira, maior, assistente jurídico, portadora da carteira de identidade n. 8094568691, expedida pela SJS/RS, inscrita no CPF/MF sob n. 015.678.310-01, residente e domiciliada na Rua Carlos Augusto de Souza, n. 600, na cidade de São Leopoldo/RS e **VIVIANE FURTADO MIGLIAVACCA**, brasileira, solteira, maior, analista de licitações, portadora da carteira de identidade n.º 9093823004, expedida pela SJS/RS, inscrita no CPF/MF n.º 012.007.030-81, residente e domiciliada na Rua Visconde do Rio Branco, 582 apartamento 42, Bairro Floresta, nesta Capital a quem confere poderes especiais para agir isoladamente, sempre em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, suas alterações e consolidações, representar a ora outorgante, perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, secretarias e seus departamentos, em todo o território nacional, em quaisquer processos de licitações públicas ou privadas, sejam elas em forma de convite, tomada de preços, concorrências, pregões eletrônicos e presenciais, enfim, em todas as modalidades e tipos de licitações previstas no ordenamento brasileiro, como também, representá-la em quaisquer assuntos relacionados a dispensas de licitações, podendo, para tanto, prestar declarações e informações necessárias, atualizar, renovar registros cadastrais, assinar e requerer o que for preciso, ajustar cláusulas e condições, concordar, discordar, dissentir, debater, gestionar, apresentar recursos, impugnações e contrarrazões, formular propostas, ofertar lances, recorrer, renunciar a prazos recursais, assinar propostas e declarações, enfim, praticar tudo quanto mais se tornar necessário para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, sendo vedado o substabelecimento. Este instrumento terá validade até e dia de 16/10/2016. Declaram, ainda, os representantes da ora Outorgante, sob responsabilidade civil e penal que inexistente alteração estatutária posterior à mencionada, e nem

Margit Etiene Cardoso
Escritório Autorizado

AGENCIAS
CPL
Nº 349
M

diarrata social até a presente data. Os nomes e dados dos procuradores e os elementos relativos ao objeto do presente instrumento foram fornecidos e confirmados pelos representantes da outorgante, que por eles se responsabiliza, reservando-se o Ofício o direito de não corrigir erros daí advindos. Assim o disseram e me pediram lhes lavrasse esta escritura para firmeza, validade e prova do que foi dito e ajustado, a qual sendo-lhes lida, acharam conforme, aceitaram, ratificaram e assinam. Eu, Magda Eliane Cardoso, Escrevente Autorizada, a digitei, CONFORME MINUTA APRESENTADA, Bárbara Waszak Carvalho, Tabeliã Substituta subcreve, assinando-a. CERTIFICO que o ato está assinado pelas partes e pelo servidor na forma acima mencionada. NADA MAIS CONSTAVA. Trasladada nesta data, confere em tudo com original, ao qual me reporto e dou fé. Porto Alegre, 10 de novembro de 2015.

Em testemunho da verdade.

Magda Eliane Cardoso

Escrevente Autorizada

Inscricoes Nº 54.68. Processamento Eletronico de Dados Nº 3.58. Sala Digital da Fiscalizacao Notarial e Registral: 0459.01.150010.03010 R\$0,40; 0459.04.110012.32073 R\$0,90

Maria Helena de Moura
Tabeliã Substituta

TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE-RS
Autenticado a presente copia, verso e anverso, que confere com o documento original. Dou fé.
Porto Alegre, 10 de novembro de 2015.
Encl Nº7/20 - SELO: 0459.01.150010.23418/23417 R\$0,80